

ATOS DO PODER EXECUTIVO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 411 /2005

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais e em cumprimento as Leis : Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 1.041/93, etc,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, o resultado do CONCURSO PÚBLICO, para provimento de cargos do quadro efetivo dos servidores públicos do município de Cajazeiras, lançados sob o Edital nº 05/2005, de 30 de junho de 2005, com base no relatório final apresentado pela Comissão Especial, através da Empresa Exames e Consultoria Ltda, determinando-se a publicação nominal dos aprovados no Diário Oficial do Município, pela ordem de classificação e veiculação do resultado em emissoras de rádio local, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, em 06 de dezembro de 2005.

Carlos Antonio Araújo de Oliveira
Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira
Prefeito Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Lei nº 1.598/2005 - SGAP.

Altera dispositivos da Lei nº 821/86, de 10.01.1986, Lei nº 1.559/2004, de 31.12.2004, conforme específica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA e Eu SANCIONO a presente lei.

Art. 1º - O artigo 3º da Lei nº 821/86, 10.01.1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 3º - Ficam criados, no âmbito da Câmara Municipal de Cajazeiras, os Cargos em Comissão de Assessoria Especial e de Apoio Administrativo da Mesa Diretora, designados pelo símbolo PL-AEA-100, de livre nomeação e exoneração da Presidência da Mesa Diretora, compreendendo:

PL-AEA-100 ASSESSOR ESPECIAL DA MESA DIRETORA.
PL-AEA-100 ASSESSOR ESPECIAL DAS COMISSÕES.
PL-AEA-100 ASSESSOR DE SEGURANÇA PARLAMENTAR.
PL-AEA-100 ASSESSOR DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR.
PL-AEA-100 ASSESSOR DE PLENÁRIO.
PL-AEA-100 AUXILIAR LEGISLATIVO.

Art. 2º - Fica alterado o Anexo I e II, da Lei nº 1.559/2004, de 31 de dezembro de 2004, inclusive, quantitativos e valores fixados para cada função nela constante.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 02 de janeiro de 2006.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB, em 05 de dezembro de 2005.

Carlos Antonio Araújo de Oliveira
Carlos Antonio Araújo de Oliveira
Prefeito constitucional

ANEXO I

DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	FUNÇÃO	QUANT	VL(R\$)
PL-DAS-100	CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	01	1.000,00
PL-DAS-100	TESOUREIRO	01	1.000,00
PL-DAS-200	ASSESSOR ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA	02	500,00
PL-DAS-200	SECRETÁRIO EXECUTIVO	01	500,00
PL-DAS-200	SECRETÁRIO LEGISLATIVO	02	500,00
PL-DAS-200	COORDENADOR DE SERVIÇOS GERAIS	01	500,00
PL-DAS-200	COORDENADOR LEGISLATIVO	01	500,00
PL-DAS-200	DIRETOR DE DIVISÃO RECURSOS HUMANOS	01	500,00
PL-DAS-200	DIRETOR DE DEPTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	01	500,00
PL-DAS-200	DIRETOR DO CERIMONIAL	01	500,00
PL-DAS-200	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA	02	500,00

ASSESSORIA ESPECIAL E DE APOIO ADMINISTRATIVO DA MESA DIR. TORA

SÍMBOLO	FUNÇÃO	QUANT	VL(R\$)
PL-AEA-100	ASSESSOR ESPECIAL DA MESA DIRETORA	10	300,00
PL-AEA-100	ASSESSOR ESPECIAL DAS COMISSÕES	09	300,00
PL-AEA-100	ASSESSOR DE SEGURANÇA PARLAMENTAR	04	300,00
PL-AEA-100	ASSESSOR DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR	02	300,00
PL-AEA-100	ASSESSOR DE PLENÁRIO	03	300,00
PL-AEA-100	AUXILIAR LEGISLATIVO	04	300,00

ASSESSORIA DE APOIO PARLAMENTAR

SÍMBOLO	FUNÇÃO	QUANT	VL(R\$)
PL-AEP-100	SECRETÁRIO PARLAMENTAR	18	300,00

ANEXO II

GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ESPECIAIS

SÍMBOLO	FUNÇÃO	VL(R\$)
PL-AEP-100	GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ESPECIAIS	A/R 2100,00



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Lei Nº 1.599/2005 - SGAP.

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a efetuar doação sem encargos, de um terreno para construção da Agência da Receita Federal em Cajazeiras conforme específica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS decreta e eu sanciono a presente Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar doação sem encargo, de um terreno para construção da Agência da Receita Federal, nesta cidade de Cajazeiras.

Art. 2º - O Imóvel doado mede 962,50 m2, pertencente ao Município de Cajazeiras, localizado na Rua Manoel Gonçalves Pedrosa e Dr. José Moreira de Figueiredo, limitando-se ao Norte medindo 27,00 m com Noaldo Lopes Araújo, ao Sul medindo 28,00m com a Rua Manoel Gonçalves Pedrosa, ao Leste medindo 35,00m limitando-se com a Rua Dr. José Moreira Figueiredo e ao Sul, medindo 35,00m limitando-se com o SENAC.

Art. 3º - O imóvel ora doado, destina-se exclusivamente, a construção e instalação da Agência da Receita Federal, nesta cidade, devendo a doação ser formalizada em nome da Delegacia da Receita Federal em Campina Grande - PB, compreendendo a 4ª Região Fiscal, com endereço na Av. Januário Ferreira, 680, centro, Campina Grande - PB, CEP 58.012-555, tomando a presente doação nula de pleno direito se outro destino for dado ao bem ora doado ou caso não seja concluída a construção e instalação no prazo máximo de 01 (um) ano.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente doação correrão por conta da donatária.

Art. 5º - Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a tomar as medidas necessárias ao cumprimento da presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 1.535, de 03 de maio de 2004.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, em 05 de Dezembro de 2005.

Carlos Antonio Araújo de Oliveira
Dr. Carlos Antonio Araújo de Oliveira
Prefeito Municipal



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1 600/2005 - SGAP

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à contratação de servidores para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, estabelece as normas para a contratação, conforme específica, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS decreta e eu sanciono, a presente Lei:

Art. 1º - A fim de atender necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas admissões de pessoal por tempo determinado, mediante contrato administrativo padronizado, do qual constarão todos os direitos, vantagens, deveres e obrigações das partes.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo será considerado como de excepcional interesse público o atendimento dos serviços que, por sua natureza, tenham características inadiáveis e nules decorram ameaça ou prejuízo à vida, à segurança, à continuidade de obras e à subsistência, bem como atividades relacionadas com as áreas de saúde, educação, telefonia e informática.

§ 2º - A vinculação contratual extingue-se automaticamente pelo decurso do prazo lançado no contrato respectivo, sem quaisquer outras formalidades.

Art. 2º - Considera-se como de excepcional interesse público as admissões que visem

- I - ao atendimento de situações de calamidade pública;
- II - o combate a surtos epidêmicos;
- III - a promoção de campanhas de saúde pública;
- IV - a implantação e manutenção de serviços essenciais à população, especialmente à continuidade de obras e à prestação dos serviços de segurança, água, esgoto, energia, limpeza pública, telefonia e transportes públicos;
- V - a execução de serviços técnicos, fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras e serviços;
- VI - o suprimento de docentes em salas de aula, de pessoal especializado nas áreas de saúde e informática, bem como na execução de serviços de creches públicas, nos casos de licença para repouso à gestante, licença para tratamento de saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, licença para o trato de interesse particular, licença em caráter especial (prêmio), exoneração, aposentadoria e falecimento.

Art. 3º - As admissões de que trata o artigo anterior deverão ser realizadas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado, uma única vez e por igual período, restringindo-se ao período do ano civil e do respectivo exercício orçamentário, considerando-se a necessidade do serviço público, a ser definida pela autoridade competente, observando-se o quantitativo do anexo I, integrante da presente Lei.

Art. 4º - A admissão será contratada pelo Prefeito Municipal, assinando o instrumento de contrato respectivo.

Parágrafo único - Os atos de admissões deverão ser publicados, sob a forma de resenha, na Imprensa Oficial do Município, e deles será dado conhecimento ao Tribunal de Contas.

Art. 5º - Para admissão, que somente poderá ser feita com a existência de recursos orçamentários próprios, serão exigidos os seguintes documentos comprobatórios de

- I - nacionalidade brasileira;
- II - ser maior de dezoito (18) anos de idade;
- III - estar em dia com as obrigações militares;
- IV - estar em gozo dos direitos políticos;
- V - ter boa conduta;
- VI - gozar de boa saúde;
- VII - ter os títulos específicos ou profissionais que comprovem a habilitação para o desempenho de função técnica.

Parágrafo único - Os documentos referidos no inciso VI serão expedidos pelo Serviço Médico do Município.

Art. 6º - É vedado o desvio de função de pessoal admitido nas condições desta Lei, sob pena de nulidade do ato, com a consequente responsabilidade administrativa da autoridade que permite ou autorizar tal distorção funcional.

Art. 7º - O admitido nos termos desta Lei, será contribuinte obrigatório do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), para o qual contribuirá, igualmente, a Prefeitura no valor do percentual estabelecido legalmente para o empregador.

Art. 8º - O admitido fará jus

- I - ao estipêndio fixado no respectivo contrato, que não poderá ser inferior ao salário mínimo nacionalmente fixado por lei federal, reajustado no mesmo período e nos índices gerais conferidos aos servidores públicos do município, nem superior ao valor da remuneração paga a servidor do quadro de pessoal do município que desenvolva função semelhante;
- II - salário-família no mesmo valor pago ao servidor público municipal em situação semelhante ao do admitido;
- III - diárias, quando o admitido se ausentar do Município por mais de 24 (vinte e quatro) horas, a serviço;
- IV - ressarcimento de diárias e prejuízo decorrentes de acidente de trabalho;
- V - licença para tratamento de saúde, não podendo a concessão ir além do prazo de duração previsto no contrato de admissão;
- VI - aposentadoria especial, quando vítima de acidente em serviço que venha a resultar em invalidez permanente;
- VII - pensão mensal devida à família do admitido, no caso de falecimento ocorrido na vigência do contrato, a qual é inacumulável com qualquer outro tipo de pensão percebida pelos cofres públicos;

Parágrafo Único - Os benefícios previdenciários decorrentes da vinculação ao RGPS, por este serão pagos através do Instituto Nacional de Segurança Social - INSS, ou outro órgão ou entidade que o venha substituir.

Art. 9º - A dispensa do admitido ocorrerá

- I - a pedido;
- II - a critério da administração, quando o admitido não corresponder ou desempenhar insatisfatoriamente as atribuições que lhe forem confiadas.

Art. 10 - Será aplicada a pena da dispensa, com a consequente rescisão unilateral do contrato, quando o admitido:

- I - incorrer em responsabilidade civil ou administrativa;
- II - ausentar-se injustificadamente do serviço;
- III - faltar ao serviço sem causa justificada;
- IV - faltar com o respeito aos seus superiores hierárquicos e colegas de trabalho;
- V - praticar a usura em qualquer de suas formas;
- VI - receber comissão ou vantagens de qualquer espécie em razão da função para qual foi admitido;
- VII - empregar material, bem ou equipamento, sob sua responsabilidade, em atividade diversa da que foi autorizado a praticar.

Art. 11 - A rescisão do contrato ou ato de dispensa a que se referem os Artigos 8º e 9º anteriores, compete ao Prefeito Municipal.

Art. 12 - É vedado ao pessoal admitido nos termos desta lei, sob pena de imediata rescisão do contrato

- I - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou substituição, para o exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança.
II - ser novamente contratado com fundamento nesta Lei

Art. 13 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos da presente Lei será contado para quaisquer efeitos

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2005, ficando mantidos os efeitos das Leis nº 1.566/2005 e 1.587/2005.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, em 05 de dezembro de 2005.

Carlos Antônio Araújo de Oliveira
Dr. Carlos Antônio Araújo de Oliveira
Prefeito Municipal

ANEXO I
QUADROS DE FUNÇÃO E QUANTITATIVO

FUNÇÃO	QUANTIDADE
NEUROLÓGISTA	01
PEDIATRA	01
FONOAUDILOGO	06
OTORRINOLARINGOLOGISTA	03



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.601/2005 - SGAP

Autoriza o Poder Legislativo de Cajazeiras - PB, a
fazer acordo de parcelamento de dívida
previdenciária junto ao Instituto de Previdência e
Assistência Social Municipal - IPAM.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA, faz
saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS decreta e eu sanciono, a
presente Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Legislativo do Município de Cajazeiras do Estado
da Paraíba, autorizado a firmar acordo de parcelamento, relativo a dívida
Previdenciária havida junto ao Instituto de Previdência e Assistência Municipal -
IPAM, cujo valor integra o anexo I da presente

PARÁGRAFO ÚNICO - A negociação de que trata o Artigo 1º, se refere à
parte (patronal) no período de abril de 2005 a dezembro de 2005, além do 13º
Salário de 2005 e obedecerá a aplicação das alíquotas especificada de 13% (treze
por cento) e o prazo de pagamento será de 24 (vinte e quatro) meses.

ART. 2º - Fica ainda o Poder Legislativo Municipal, autorizado a
renegociar a dívida referente ao exercício de 2004, compreendendo o período de
agosto a dezembro de 2004, além do 13º Salário, observado os pagamentos já
efetuados, para efeito de abatimento da dívida renegociada.

ART. 3º - Para garantia do parcelamento fica o Poder Legislativo do
Município obrigado ao fiel cumprimento dos pagamentos, durante o prazo de
vigência contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Poder Legislativo obrigará-se a efetuar o
reconhecimento da Dívida Previdenciária através de TERMO DE CONFISSÃO DE
DÍVIDA - TDC, acompanhado de documentação necessária e obrigatória nos
termos da Legislação vigente.

ART. 4º - Durante o prazo de acordo de parcelamento, o
Legislativo do Município de Cajazeiras, consignará nos orçamentos as
dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do
contratual.

ART. 5º - Fica o Poder Executivo do Município de Cajazeiras Estado da
Paraíba, autorizado a regulamentar a presente Lei, dentro do prazo de 30 (trinta)
dias da data de sua aprovação.

ART. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor
na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - PB, em
05 de dezembro de 2005

Carlos Antônio Araújo de Oliveira
Carlos Antônio Araújo de Oliveira
Prefeito Constitucional

ANEXO I

ABRIL/2005	10.590,00	1.325,45
MAIO/2005	11.952,00	1.502,46
JUNHO/2005	11.976,00	1.505,58
JULHO/2005	11.976,00	1.505,58
AGOSTO/2005	11.976,00	1.505,58
SETEMBRO/2005	11.976,00	1.505,58
OUTUBRO/2005	11.976,00	1.505,58
NOVEMBRO/2005	11.976,00	1.505,58
DEZEMBRO/2005	11.976,00	1.505,58
13º SALÁRIO/2005	11.976,00	1.505,58
TOTAL GERAL	118.350,00	11.872,55

PARCELAS RENEGOCIADAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2004
11 x 400,82 = 5.210,66

TOTAL GERAL DO DÉBITO = 20.083,39



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS - PB
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

LEI Nº 1.602/2005 - SGAP

Abre crédito especial para reforço de dotação
orçamentária para os fins que especifica e dá outras
providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba,
saber que a Câmara Municipal de Cajazeiras DECRETA e Eu SANCIONO
a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no
valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), destinados ao reforço de dotação
orçamentária do orçamento do exercício corrente.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente lei, fica o Poder
Executivo Municipal, autorizado a utilizar os recursos previstos nos artigos 7º e 43,
incisos I, II, III e IV, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de publicação com efeitos retroativos a
03 de outubro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA
PARAÍBA, em 05 de dezembro de 2005

Carlos Antônio Araújo de Oliveira
Dr. CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Prefeito Constitucional do Município